

Pacote está aprovado. Apesar dos erros.

Todas as emendas apresentadas pelos senadores foram rejeitadas no texto aprovado ontem pelo Senado, que repetiu os erros da Comissão de Redação da Câmara.

Por 38 votos contra sete e uma abstenção, o Senado Federal aprovou às 7h40 de ontem o pacote fiscal do governo, mesmo com os erros no texto final da Câmara. As 67 emendas apresentadas por senadores foram rejeitadas e a proposta foi encaminhada à sanção presidencial às 8h51. O presidente José Sarney telefonou aos líderes da Aliança Democrática e agradeceu o esforço e o apoio dos senadores do PDT e do PDS, que com sua presença e seus votos contribuíram para a aprovação do pacote.

"Estou meio tonto", desabafou o presidente do Senado, José Fragelli, após a maratona de mais de 24 horas de sessão contínua.

O senador Itamar Franco (PMDB-MG) tentou, sem êxito, evitar a aprovação do pacote, pedindo verificação de quórum para o substitutivo da Câmara e para as emendas dos senadores. O placar eletrônico registrava, contudo, a presença de 46 senadores, apesar da saída estratégica de vários pedessitas do plenário. Quando o dia amanheceu, o clima no plenário era desolador. Os senadores Mário Maia (PMDB-AC) e Alberto Silva (PMDB-PI) dormiam profundamente. O senador Enéas de Farias (PMDB-PB) abandonou sua elegância habitual e bocejava sem parar.

A senadora Eunice Michilles (PFL-AM) não descuidou da aparência: deixou de votar o pacote do governo e foi para casa mudar de roupa e retocar a maquiagem. Saiu de vermelho e voltou de branco e verde. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) abandonou o plenário pouco antes da votação e foi tomar café com biscoitos para refazer as forças.

Enquanto isso, o líder do PDS,

senador Murilo Badaró, comandava a obstrução fazendo um longo discurso e, apesar do cansaço e da noite indormida, não esqueceu a retórica, usando frases como "label inflamante", "vozes fulgurantes", para condenar a decisão do PMDB de votar o pacote a toque de caixa.

Por volta das nove horas, o Senado aprovou rapidamente o projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de a União pagar royalties aos Estados produtores de petróleo, com voto de louvor do ex-ministro César Cals.

O senador José Fragelli suspendeu a sessão por 15 minutos e todos foram tomar o café da manhã ao lado do plenário.

Reaberta, a sessão teve de ser interrompida ao meio-dia, porque não havia mais quórum — 36 senadores — para deliberar sobre as demais questões. A verificação foi solicitada, inicialmente, pelo senador Álvaro Dias (PMDB-PR), que não se conformou com a colocação do pedido de empréstimo à Prefeitura do Rio de Janeiro, apresentado no dia anterior, na frente de proposta idêntica do Paraná, feita há mais de quatro meses.

Dias acabou denunciando o acordo feito na madrugada com o PDT, que condicionou o apoio de seus senadores ao pedido de urgência para a votação do pacote à aprovação do projeto dos royalties e do empréstimo à Prefeitura do Rio. "Apesar do apreço que tenho pelo eminente senador Saturnino Braga — disse Dias —, que assumirá essa prefeitura nos próximos dias, não posso concordar com a preterição ao meu Estado".

Fragelli explicou que o empréstimo ao Paraná seria votado na sessão extraordinária marcada para as

14h30. Mas a obstrução continuou e ele foi obrigado a suspender a sessão às 11h55.

As 21h55, Fragelli deu por encerrada a sessão do Senado Federal, com Roberto Campos (PDS-MT) fazendo uso da palavra pela última vez para criticar o Plano Nacional de Informática (Planin) do governo, que acabou não sendo decidido pela Casa. Campos criticou o plano conceitual e tecnicamente: a seu ver, ele "é uma excursão pela utopia".

Disse ainda que, enquanto o governo gera os seus planos, "com a lentidão de um paro de elefante", exige que eles sejam aprovados pelo Congresso "com a rapidez de uma lebre".

Sintonia

O presidente Sarney, comentando a aprovação do pacote econômico pelo Senado, afirmou que "mais uma vez ficou comprovada a sintonia que existe entre o governo e o Congresso". O comentário do presidente foi rápido, mas serviu para demonstrar a satisfação do governo em conseguir a aprovação em meio de tumultuadas sessões na Câmara e no Congresso. Ele insistiu na "sintonia" entre os três Poderes destacando que todos os projetos do governo conseguiram passar no Congresso Nacional.

Não quis comentar, porém, a aprovação de criação de um novo Estado — o Tocantins — a ser desmembrado de Goiás, argumentando que não havia ainda o projeto. Em abril, quando esse projeto recebeu sua primeira aprovação pelo Congresso, Sarney usou do poder de veto, com base na inviabilidade econômica do novo Estado.